

**O SISTEMA LINGUÍSTICO
COMO CONJUNTO E COMO CÓDIGO:
O PAPEL DA DIACRONIA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Mário Eduardo Viaro (USP/ABRAFIL)
maeviaro@usp.br

1. Língua?

O que é uma língua? Essa pergunta já foi feita inúmeras vezes e respondida de várias formas. Nem sempre é claro por que algumas respostas foram taxadas de “científicas” e outras não. De qualquer forma, todos que se debruçaram sobre a linguagem ou sobre as línguas, tiveram de encarar problemas e resolvê-los a seu modo. E, invariavelmente, essas soluções tinham a ver com alguma epistemologia corrente. No livro bíblico de Juízes 12:5-6, no contexto de uma guerra entre os efraimitas e os gileaditas, diz-se que:

Porém os gileaditas tomaram as vaus do Jordão que conduzem a Efraim; de sorte que, quando qualquer fugitivo de Efraim dizia: Quero passar; então os homens de Gileade lhe perguntavam: És tu efraimita? Se respondia: Não; então lhe tornavam: Dize, pois, Chibolete; quando dizia Sibolete; não podendo exprimir bem a palavra, então pegavam dele, e o matavam nos vaus do Jordão. E caíram de Efraim naquele tempo quarenta e dois mil.

A pequena diferença na pronúncia da palavra “espiga” (*chibolete* ou *sibolete*) custou muitas vidas, segundo o relato bíblico. Nesse caso, independentemente de estarem falando dois dialetos distintos da mesma língua ou duas línguas distintas, a diferença perceptível serviu de marca para justificar o banho de sangue perpetuado nessa história, o qual, certamente não foi o primeiro nem o único motivado por preconceito linguístico. No entanto, se essa marca tem fundamento, ao mesmo tempo pode ter sido equivocada. A realização de um fonema e os grupos sociais não estabelecem entre si uma relação tão unívoca como se imagina. Se é verdade que os efraimitas diziam *sibolete*, não quer dizer que todos os efraimitas falassem assim e também não quer dizer que não houvesse gileaditas que falassem assim. Nossa necessidade de estabelecer limites, porém, nos dá a segura sensação de que haja relações de um para um. Houve, portanto, muitos equívocos nessa avaliação e pessoas pagaram com a vida pela percepção subjetiva do falante.

Desde os estudos de geografia linguística do século 19, sabe-se que as isoglossas quase não coincidem com o que se espera. Se é verdade

que os dialetos alemães setentrionais pronunciam *p*, *t*, *k* e os meridionais dizem *pf*, *tz*, *ch*, não é verdade que isso ocorra no mesmo ponto, além disso, a linha de Benrath que separa o *k/ch* de *machen* “fazer” é bem mais ao norte do que a linha de Ürdingen, que separa o *k/ch* de *ich* “eu”. No português brasileiro, a pronúncia *taha* “estava” estende-se do Acre até amplas zonas do Nordeste, baixando até Minas Gerais, sem falar que é comum em pessoas nascidas em outros estados do Sudeste, o que nos faz pensar numa tradição para a pronúncia velar do fonema /v/, ao menos em posição intervocálica. O mesmo não ocorre quase nunca com palavras com frequência de uso menor e associadas a outros registros. Algo como *averiguar* não se pronunciaria jamais *aheriguá*. A mudança não é automática, além de ser estigmatizada nessa própria região para além das palavras de maior frequência. Haverá quem se oporá à minha afirmação e afirmará taxativamente que existe sim uma forma como *aheriguá*. Mas onde estão os dados? Uma ciência se fundamenta com testemunhos? Uma pessoa que diz ter visto um mapinguari poderia dar ao monstro um nome científico, segundo as convenções do Código Internacional de Nomenclatura Zoológica e apresentar-lhe uma proposta de filogenia baseada na teoria da evolução? Certamente não. Dados são coletados, transcritos e deveriam ser guardados em museus ou *sites* para podermos a eles voltar. Falta à linguística uma prática mais rigorosa de conservação de seus dados disponíveis, tais como os holótipos da biologia.

Desse modo, observamos que o que vale para pronúncias de fonemas, nem sempre vale também para palavras isoladas. O mesmo se pode pensar sobre o registro usado. Um verbo como *pousar* pode conjugar-se na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, na boca de um mesmo falante paulista, com o ditongo muito bem pronunciado, quando significa “aterrissar” (*o avião pousa*), mas pode ser pronunciado com /□/ quando significa “hospedar-se” (*ele não pousa mais aqui em casa*). A extensão desse fenômeno no português brasileiro é desconhecida, como quase tudo em língua. Dirão alguns que isso é casuísmo, outros que é uma prova de homonímia. Outros, mais aferrados à história, verão nisso um curioso comportamento, mas não abdicarão de entender a mudança semântica como polissemia. A perspectiva teórica não importa se não deformarmos o objeto de estudo. Se ele é real, precisa ser estudado e não descartado *in limine* em nome de um recorte qualquer.

Como ponto fulcral dessa variação e da indeterminação dos limites dos fenômenos linguísticos apontados, está a base de que isso tudo se trata da mesma língua. Toda variação de uma língua hoje é conhecida

como dialeto. No entanto, a oposição *língua x dialeto* nunca foi útil, por ser demasiadamente confusa. Durante a existência da Iugoslávia, falava-se da língua servo-croata e hoje, após a sua fragmentação, fala-se de língua sérvia e de língua croata. A semelhança entre as duas línguas não é o suficiente para as chamarmos de uma única língua, pois fatores étnicos, políticos e ideológicos falam mais alto. Da mesma forma, apenas alguém que releve questões de política linguística insistiria que o galego e o português sejam a mesma língua. Toda discussão nesse sentido é estéril. Alguém poderia apontar que é um absurdo línguas tão próximas serem consideradas distintas. De fato, a proximidade de algumas línguas são tão grandes que a intercomunicabilidade se efetua sem grandes problemas. Mas a comunicação não é simplesmente algo objetivo. O elemento da disposição do decodificador é imprescindível. Entender um enunciado numa língua é sobretudo dedicar-lhe atenção. Sem atenção não entendemos nem mesmo nossa língua materna.

A compreensão também depende de outro fator: a experiência do decodificador. Como uma língua é múltipla, a maior quantidade de contextos discursivos a que o falante esteja submetido também será útil nessa tarefa. Mas que seriam esses contextos discursivos? Suponhamos uma pessoa que arduamente aprenda um idioma, ao cabo de algum tempo, consiga fazer-se entender e não mais sofra com as situações básicas iniciais. A progressão na proficiência dessa pessoa dependerá do interesse em aventurar-se em outras situações, já não tão cômodas como aquelas em que arduamente adquiriu seu vocabulário básico. Por vezes, isso acontece e há, de fato, aumento vocabular, mas muitas vezes se efetua uma inércia. Isso vale tanto para sua língua materna quanto para qualquer língua estrangeira que aprenda. Desconsiderando o fenômeno do *esquecimento*, dividamos então as etapas de aquisição de proficiência linguística em:

- a) aquisição inicial (do zero ao contexto discursivos mínimo para a sobrevivência);
- b) aquisição secundária (de contextos básicos para contextos discursivos mais supérfluos, com relação à sobrevivência);
- c) ampliação vocabular (tanto no nível diretamente ligado à sobrevivência quanto nos mais supérfluos, com relação a isso);

Observe que isso pode ocorrer em situações monolíngues ou plurilíngues. Alguém pode ter aprendido a falar português quando criança, mas seu vocabulário aumenta dia após dia, por meio de ampliações vocabulares ou pelo contato com contextos discursivos diferentes com os

quais estava previamente acostumado. Entenda-se claramente: esses contextos envolvem a língua materna ou não. Tal modelo é bastante próximo ao que ocorre na realidade e está diretamente ligado à sua compreensão: se só tenho contato com falantes coetâneos da minha cidade, ligados à minha profissão, terei certa dificuldade de entender pessoas mais jovens ou mais velhas que eu, mesmo que sejam da minha cidade, também terei dificuldade de entender pessoas coetâneas que tenham profissões distintas, sem falar de pessoas que vivam em outros Estados ou outros países lusófonos. No entanto, se, ao contrário, eu estiver exposto ao maior número de pessoas de várias faixas etárias, de profissões distintas da minha, de cidades, países lusófonos distintos do meu e, sobretudo, de línguas distintas da minha, o meu campo de compreensão na minha própria língua materna aumentará sensivelmente. Resumindo: *A compreensão de um falante é diretamente proporcional à sua atenção e à quantidade de situações distintas da de sua aquisição inicial.* Ou seja, quanto maior sua atenção e maior a quantidade de situações que o falante experimente, maior é sua compreensão acerca de sua língua materna e de outras línguas.

Paralelamente à compreensão, existe a expressão. Cumpre observar que a expressão pode ter um aumento igualmente significativo, mas a expressão de um falante difere da compreensão porque, além da memória, outros fatores psicológicos atuam de forma mais marcante. Além disso, aparentemente, o falante costuma ancorar sua expressão mais na aquisição inicial do que a compreensão. No entanto, se, de fato, for a expressão que caracteriza uma língua e não a compreensão, estamos em terreno ainda mais pantanoso. De fato, poderíamos *compreender* inúmeras variações de uma mesma língua, mas nem tudo que compreendemos costuma ser taxado como uma *mesma* língua.

Façamos um experimento. Se entender uma palavra significa decodificar acertadamente seus impulsos auditivos ou visuais, não precisamos dominar o sistema em que a palavra se insere: ao ouvirmos ou lermos o seguinte trecho em valáder, mesmo não sendo proficiente nessa língua, é possível termos êxito ao entender a sua mensagem.

Quists pronomis persunals enfatics vegnan dovrats generalmaing davo pronomis o substantivs per tils rinforzar. Las fuormas femininas vegnan eir dovradas per il masculin. Il singular e'l plural han listessas fuormas (GANZONI, 1983, p. 69).

Por outro lado, um texto formado com palavras extraídas de um dicionário de português nos pode garantir um êxito menor:

Os contubernáculos se locupletam vezeiramente de sodalcios equevos e chalaceiros, mormente cábulas, que, provectos a cote na verbiagem soez e batológica letificam coa sua joliz zangurriana e coa sua jucunda jiquipanga a mais mesta das circunjacências.

Comprovado está que o entendimento portanto prescinde do sistema e está envolvido num jogo de probabilidades e, portanto, poderia ser quantificado de maneira estatística. O *sistema* costuma opor-se à fala no *Cours de Linguistique*, mas a fala não pode ser essencialmente individual, sob pena da incomunicabilidade. Somente autorizaria tal leitura do fenômeno linguístico uma figura de linguagem que consista na interpretação romântica do significado de *individual*, quase sinônimo de *inédito* ou *original*. A *palavra*, pelo contrário, pode ser entendida como uma unidade de língua idêntica à unidade de fala. A diferença básica entre as duas está apenas na sua realização: impulsos cerebrais na *langue* e ondas sonoras na *parole* (para não falarmos da escrita). Não há uma palavra na língua e outra na fala, o que há é uma única palavra com eficácia comunicativa garantida que adotamos e transmitimos. Quando ouvimos uma palavra, reconstruímos a rede de significados a partir de seu *input*; quando usamos a mesma palavra, apostamos que essa mesma rede se reconstruirá na mente alheia. Portanto, os traços pouco pertinentes que distinguem língua e fala (como ausência de materialidade sonora na língua *versus* materialidade na fala, coletividade da língua *versus* caráter estilístico do individual na fala) cedem espaço a uma diferença mais importante: o êxito comunicativo de cada palavra, mensurável no espaço e no tempo de sua atuação. No espaço, porque uma palavra recém-criada na gíria tem raio de atuação espacial menor do que uma palavra de alta frequência numa língua. No tempo, porque uma palavra pode permanecer intacta quanto ao seu significado geral durante décadas ou séculos até tornar-se um arcaísmo e por fim desaparecer. O mesmo raciocínio acima apresentado para as palavras pode aplicar-se aos seus elementos componentes (significante e significado), aos elementos de formação das palavras (sufixos, prefixos etc.), às flexões, às regras sintáticas e até mesmo aos fonemas e às suas realizações fonéticas e gráficas.

Se a língua não se decompõe acertadamente em sistema e fala, voltamos à pergunta inicial. Que é uma língua? Muitos modos de entender o fenômeno *língua* surgiram ao longo do tempo e convivem ainda hoje. Podemos enumerar seis visões distintas acerca de sua essência e de sua organização, surgidas nos mais diversos momentos da história.

1.1. Língua: ferramenta de comunicação

Existe a *língua-ferramenta*. Do ponto de vista do falante, sua língua materna, desde sempre, é algo que serve para certas finalidades. As funções da comunicação, analisadas por Jakobson (1960), descrevem perfeitamente suas múltiplas facetas, mas ainda há de se adicionar entre elas o elemento performativo, previsto pela pragmática e sentido como mágico nos tabus linguísticos. Bakhtin (1929) afirma que, para o falante, sua língua nativa não é percebida como dotada de categorias: por ser tão íntima, é quase como um “irmão”, “uma roupa familiar” ou ainda o próprio ar respirado. Desse modo, a língua, do ponto de vista do falante, que sobre ela não costuma refletir muito, é algo arraigado e espontâneo, uma ferramenta útil com a qual atinge seus objetivos da mesma forma que com os mecanismos evolutivamente herdados (a visão, a capacidade de locomoção etc.).

1.2. Língua ideal

Uma segunda visão de língua foi alavancada pela invenção da escrita, a qual, por ser mais abstrata do que a língua-ferramenta, ampliou o seu já grande potencial expressivo e comunicativo. Gerou-se, assim, o conceito de *língua ideal*. A língua escrita, mesmo antes do surgimento das padronizações sugeridas ou impostas pela gramática, sempre tendeu a ter um maior conservadorismo, por combinar a expressão presente de um grupo com a memória de épocas pretéritas. Além disso, tende a neutralizar a diversidade de expressão, característica da fala. Apesar de essencialmente bem distinta da língua-ferramenta, essa língua ideal é artificial, em vários momentos, fundiu-se conceptualmente com ela, gerando o paradoxal *status* de língua real a ela atribuído. Não só a gramática se pauta por uma língua ideal, mas também vários pressupostos da linguística gerativa também o fazem com o conceito de falante-ouvinte ideal (CHOMSKY, 1965, p. 3).

1.3. Língua: conjunto de palavras

A terceira visão revela a consciência de que os elementos de uma língua são agrupáveis em *conjuntos de paradigmas*. Entre esse elemento participante da essência das línguas e as soluções artificiais encontradas para caracterizá-los há, porém, uma distância. Foi assim que nasceram as tradicionais classes de palavras da gramática. No Ocidente, com certeza,

já havia tentativas de organização de classes de palavras entre os sofistas e entreveemo-las, por exemplo, na *Poética* de Aristóteles (384-322 a.C.). Todavia, a primeira versão acabada de língua como conjunto de palavras, classificadas em subconjuntos, é apresentada por Dionísio Trácio (170-90 a.C.) em sua *Tékhnē grammatikē*. A esse autor – cuja prática foi imitada e ampliada, com sensíveis modificações, não só pelos romanos, mas também na Síria e na Armênia – se deve a longa tradição das gramáticas ocidentais.

1.4. Língua: lista de unidades

Muito mais tardia no Ocidente, mas já representada no A□□*ādhyāyī* do gramático indiano Pāṇini (VI a.C.), aparece uma quarta visão do fenômeno linguístico: a de *lista de unidades significantes menores que as palavras*. Esse primeiro modelo teórico linguístico conhecido pressupunha elementos abstratos que, agrupados, gerariam as palavras reais. Foi muito grande a influência indiana na Morfologia, entre os linguistas europeus do século XIX. O termo alemão *Morphologie*, contudo, nasceu na Botânica e apareceu, pela primeira vez, num diário de Goethe (25/09/1796) e, em seguida, numa carta sua a Schiller (12/11/1796). Usado na Fisiologia em 1800 por Karl F. Burdach, foi adotado, posteriormente, pela Anatomia. Mas, em linguística, foi empregado somente em 1859 por August Schleicher (SALMON, 2000). Para o mesmo estudo, Said Ali, por exemplo, ainda preferia, em 1921, o termo *lexeologia*. Na linguística moderna, os estruturalistas privilegiarão essa visão de língua.

1.5. Língua: matéria bruta

Desde o Renascimento, pela comparação de línguas do mundo, evidencia-se a extrema diversidade de sons por elas empregados, para os quais o alfabeto latino não lhes parecia suficiente. Uma classificação articulatória dos sons é esboçada já no século XVI por Fernão de Oliveira e presente nos séculos seguintes (GÉBELIN, 1776; COUDEREAU, 1875). Vários alfabetos fonéticos surgem então, sendo o de Lepsius (1863) o mais usado, até ser desbancado pelo *International Phonetic Alphabet* (IPA), em 1897, uma das soluções mais bem sucedidas da linguística, uma vez que praticamente todas as correntes o utilizam. No entanto, não é o surgimento desses alfabetos internacionais que constitui, de fato, uma nova visão, uma vez que, em última análise, são apenas um tipo especial

e mais rigoroso de escrita. Uma quinta visão de língua emergirá, de fato, da fonética acústica, em meados do século XIX, quando a língua passa a ser entendida como uma *substância bruta*. Da massa amorfa dos sons nascerá o modelo dos traços distintivos. Essa ideia se entrevê nos autores pré-estruturalistas e culminará na fonologia moderna. Sai-se, assim, da estoica e evidente visão do signo linguístico como uma associação arbitrária de um significante a um significado para um nível inferior aos sons. A consciência da existência de elementos distintivos – associados a outros, não importantes para a efetiva comunicação – foi revolucionária e uma historiografia do problema aparece nos capítulos iniciais da obra de Troubetzkoy (1939). O termo *fonema*, inventado por Dufriche-Desgenettes (*Romania*, 1874, p. 321-338) e usado por Saussure (1879), passará a ser entendido como uma unidade mental pelo pouco conhecido Círculo de Kazan, cujos principais nomes são Jan I. N. Baudouin de Courtenay (1845-1929) e Mikołaj H. Kruszewski (1851-1887). Daí provirá o substrato da dicotomia saussuriana *langue/ parole* e na oposição *conteúdo/expressão* da glossemática. Instituída essa noção no âmbito da fonética, a ideia de traços migrou – de forma pouco organizada – para a semântica e para a sintaxe, dentro das mais variadas correntes linguísticas subsequentes.

1.6. Língua: conjunto de regras

Por fim, surge a sexta visão de língua, quando a linguística passou a ser vinculada também à lógica, no início do século XX, a saber, a de que a língua é um *conjunto de regras abstratas*, algumas com atuação bastante restrita e outras com poder quase infinito. Essa nova visão tem como ponto de partida as regras sintáticas presentes na gramática tradicional e apresentadas de forma descritiva. O conferimento do aspecto dedutivo a elas promoveu a conscientização de sua existência. Visa-se não só à descrição dessas regras, mas também à compreensão de seu poder explicativo. No estruturalismo, assumiram a forma de construtos, como o morfema-zero obtido por comutação, mas atingiram seu auge com a noção de recursividade do gerativismo e a partir daí, na segunda metade do século XX, postularam-se ideias muito importantes para o entendimento da essência da língua, como a de produtividade dos elementos linguísticos.

2. A língua quanto a seu uso

Não só são possíveis diversas visões sobre a essência das línguas, mas também sobre seu *uso*. Outras faces se revelam além das seis visões acima apresentadas. Por *língua* podemos entender, sob a ótica do uso:

2.1. Língua: aquilo que ouvimos e serve para falarmos

A língua que falamos e ouvimos, ou seja, a com que nos expressamos, é um *código* herdado, que equivale à língua-ferramenta, sob a ótica da sua essência. Serve, sobretudo, para a interação social, para a comunicação e para a argumentação. Desse modo, se nos tornamos conscientes de que a língua é composta de unidades de diversos tamanhos (fonemas, morfemas, palavras, expressões idiomáticas), concluiremos, após observação e reflexão, que essa ferramenta foi *herdada* da geração que a usava antes do nascimento do falante.

2.2. Língua: aquilo por meio do qual pensamos

Por outro lado, argumenta-se que o falante só pode ter aprendido essa língua-ferramenta porque algo lhe facultou a aquisição, certamente, algum mecanismo inato sem equivalência óbvia entre outras espécies de animais, embora a etologia nos dê exemplos espetaculares de outros instintos herdados e aprendidos (LORENZ, 1978). Todo processo consiste em codificar ou decodificar os nossos pensamentos. Imagina-se ainda que os pensamentos não sejam compostos da mesma língua herdada acima referida, a qual se afiguraria bastante lenta, comparada com o raciocínio humano. Isso tem dado azo a muita discussão acerca da existência de um *mentales*.

2.3. Língua: aquilo com que analisamos

Por fim, aquilo por que se interessa o estudo científico da ciência da linguagem pode ser tanto essa língua-ferramenta quanto uma língua ideal, como vimos. Pode ser ainda a língua como código ou como conjunto de unidades mentais. Seja qual for, essa *língua-objeto*, por assim dizer, é necessariamente um recorte do complexo código herdado e o acesso a ele se dá sempre de forma indireta. A via que possibilita o estudo científico depende de um uso especial da língua. O pesquisador se vale,

para explicar a língua-objeto, de unidades mais abstratas, que configuram a *metalinguagem*, a qual não se confunde nem com a língua-ferramenta nem com a língua-objeto. Existe uma ilusão de que esteja acima dos signos linguísticos mais comuns e que não seja, por isso, uma parcela deles, no entanto, nunca antecede a língua-objeto, pois mesmo os conceitos mais abstratos da lógica necessitam da metalinguagem para se tornarem compreensíveis. Somente por convenção é possível admitir que isso ocorra.

Cada elemento da língua teria um índice mensurável de êxito comunicativo num determinado código linguístico, mas nada impede que esse mesmo elemento aja em “sistemas” distintos, como o português e o valáder. Tanto a distinção entre língua e fala quanto o conceito de “sistema” (ou seja, a visão discreta das línguas em oposição à ideia do *continuum* linguístico) revelam, portanto, mais uma longa e pouca questionada tradição de pensamento do que uma verdade científica. Um elemento linguístico com certo êxito comunicativo numa língua qualquer deve seu mesmo êxito à sua transmissão temporal e à sua difusão espacial. Do ponto de vista do tempo, esse elemento pode conservar ou alterar tanto seu significado quanto seu significante.

Claro está que a sincronia dos elementos linguísticos está na base da ilusão psicológica que o falante tem, não na sua fala, mas racionalizada na forma de sua língua, e que cria o chamado “sistema”. Essa ilusão psicológica é real, no sentido que é por meio dela que se efetua a aquisição da linguagem. Se a mente não é de fato uma *tabula rasa* no sentido lockiano (como presente no *Cours de Linguistique Générale*), mas um resultado evolutivo da espécie humana como o adotado por Pinker (1997, 2002, 2007) e há experimentos atualmente que comprovam a segunda postura, uma mudança epistemológica se vê necessária por causa da alteração dos pressupostos. Mesmo sem falarmos de experimentos da Psicologia, é fácil observar que uma língua passa por uma ontogênese (a fala da criança é distinta da fala de um adulto) semelhante à dos seres vivos e que as palavras e os conceitos são transmissíveis de uma geração a outra, de forma paralela à genética, como postula o conceito de *memes* de Dawkins (1976). Portanto, uma língua está em constante modificação e isso se vê de forma mais evidente nos elementos que a compõem. A diacronia não é uma ilusão, mas é uma realidade, facilmente comprovável por documentos e testemunhos. A diacronia flagra a essência da linguagem e não é comparável à sincronia. Seria, de fato, tão fácil assim opor uma ilusão a uma realidade? Ou melhor, é fácil opor a comunicação lin-

guística à mudança linguística? Dito dessa forma, aparentemente não. Na verdade, a mudança linguística não é objeto de nenhuma ciência, se entendida no seu aspecto natural da mudança da linguagem como um todo: só o é se entendida como mudança de elementos linguísticos particulares.

O passado convive com o presente nos signos atuais. A sincronia é, como dissemos, uma ilusão ou, no máximo, um método. A verdadeira essência comprovável da língua é fragmentada espacial e temporalmente. Isso nos faz pensar que o platonismo presente em quase toda postura dedutiva deveria ceder espaço ao heraclitianismo da realidade e, por ora, a métodos mais indutivos. O linguista Hugo E. M. Schuchardt (1842-1927) perseguiu essa ideia durante toda sua obra, mas seus estudos infelizmente não tiveram grandes desdobramentos. A visão do *Cours de Linguistique Générative*, que deve muito aos neogramáticos e é oposta à visão schuchardtiana, epôs-se acriticamente após as duas guerras mundiais e todo o universo epistemológico desenvolvido entre 1870 e 1920. Ainda está por ser descoberto sem os preconceitos que lhe impingiu a historiografia subsequente do período estruturalista e gerativista.

Afunilando essas considerações, à guisa de exemplificação, no modelo aronoffiano de morfologia, detecta-se uma espécie de paradoxo herdado dos modelos estruturalistas do tipo *item-processo* e presente tanto no SPE de Chomsky & Halle (1968) quanto no modelo gerativo-transformacional de modo geral. A geração e, sobretudo, a produtividade parecem trazer em si a visão dinâmica de língua, o que é correto e louvável, pois aponta para um pressuposto mais heraclitiano que platônico. No entanto, a exclusão do léxico daquilo que Aronoff entende por morfologia, parece ir na direção contrária:

I will not dwell any further on existing words (...) the rules for analyzing words are essentially degenerate version of the rules for forming new ones. One might wish to speculate on the nature of the degeneration, but in order to be able to do so we must first gain some knowledge of the nature of the healthy specimens (ARONOFF, 1976, p. 33).

Se é verdade que apenas as palavras criadas por produtividade são, como diz, “espécimes saudáveis” e as palavras do léxico são fruto de “versões essencialmente degeneradas” das regras morfológicas, não implica daí que o léxico não deva fazer parte da morfologia e muito menos que quem se debruce sobre ele trabalhe com “especulação sobre a natureza da degeneração” em vez de com ciência. Isso parece mais um recorte pautado em interesse de análise do que uma verdade a ser investigada por um cientista.

Uma fonologia, uma morfologia e uma sintaxe estritamente sincrônicas são recortes e, como tais, provisórias para o entendimento do fenômeno linguístico, suas regras e suas exceções. Têm sua utilidade na confecção de gramáticas e do ensino de línguas, por isso têm tanto sucesso quando se trata de línguas ágrafas. O desconhecimento dos objetivos têm, porém, dado azo a conflitos desnecessários, sobretudo desde que o estruturalismo americano acreditou ser possível abandonar a história na investigação descritiva das línguas. Se houvesse de fato uma linguística descritiva sincrônica e dedutiva, a corroboração de modelos ou sua refutação poderia ser feita de forma coerente, mas abundam as situações em que há explicações *ad hoc*, parte porque as teorias não têm de fato caráter de previsibilidade que defendem ter, parte porque a ausência de método faz que uma conclusão já sabida modifique a sequência das premissas no decorrer da argumentação, comportamento que deveria ser mais comum aos programadores de computador do que aos cientistas.

Também em morfologia, a solução aronoffiana de eliminar o léxico por ser desinteressante para a produtividade e de propor bloqueios *ad hoc* são saídas muito comuns para se fazer, numa linguística descritiva sincrônica, recortes artificiais que satisfaçam altos graus de previsibilidade sem o auxílio da diacronia, mas à custa da verdade documental, que frequentemente a contradiz e à custa da variação linguística. Age, portanto, sobre uma língua ideal e não se vê nisso nenhum salto científico real de qualidade. No entanto, diferentemente de leis universais, como as da Física, nem toda conquista teórica em linguística precisa ter a validade de uma lei, fato já percebido pelos críticos dos neogramáticos no final do século XIX. O que chamamos *língua* é um acúmulo funcional de acidentes históricos, uma construção e não o produto de um único ato demiúrgico. Para um objeto de tal complexidade, necessitamos de outros pressupostos, mais convincentes do que os atualmente disponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONOFF, Mark. *Word formation in generative linguistics*. Cambridge, Mass./London: MIT, 1981.

BACON, Roger. *Novum Organum*. In: SPEDDING, James; ELLIS, Robert L.; HEARTH, Douglas D. *Works of Francis Bacon*. Boston: Brow & Taggard, 1857, v.1.

[BAKHTIN, Mikhail] волошинов, Валентин Николаевич. *Марксизм и философия языка: основные проблемы социологического метода в науке и языке*. Ленинград: Прибой, 1929. [Reimpr. em *Janua linguarum*. Series Anastatica, 5. The Hague/ Paris: Mouton, 1972].

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York/ Chicago/ San Francisco/ Toronto: Holt, Rinehart and Winston, 1965.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass: MIT, 1965.

_____. *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York/London: Harper & Row, 1966.

_____. Remarks on nominalization. In: JAKOBS, Roderick A.; ROSENBAUM, Peter S. *Readings in English transformational grammar*. Washington: Georgetown University Press, 1970, p. 184-221.

_____; HALLE, Morris. *The sound pattern of English (SPE)*. Cambridge, Mass./London: MIT, 1991.

COUDEREAU, M. Sur un essai de classification anatomo-physiologique des sons. *Bulletin de la Société d'Anthropologie de Paris*. 10(1), p. 316-326, 1875.

DAWKINS, Richard. *The selfish gene*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GANZONI, Gian P. *Grammatica ladina – grammatica sistematica dal rumantsch d'Engiadina Bassa per scholars e creschiüts da lingua rumantscha e francesa*. Samedan: Lia Rumantscha/Ligia Romantscha, 1983.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. London: Penguin, 1985

JAKOBSON, Roman. Linguistics and Poetics. In: SEBEOK, Thomas (Ed.). *Style in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1960, p. 350-377.

_____. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, p. 118-162.

LEIBNIZ, Gottfried W. Nouveaux essais sur l'entendement humain. In: JANET, Paul (Ed.). *Ouvres philosophiques de Leibniz*. Paris: Ladrangue, 1866, redigido entre 1701-1704]

LEPSIUS, Carl Richard. *Standard alphabet for reducing unwritten languages and foreign graphic systems to a uniform orthography in European letters*. London/Berlin: Williams & Norgate/W. Hertz, 1863².

LOCKE, John. *Essay concerning human understanding*. London: Thomas Tegg, 1690.

LORENZ, Konrad. *Vergleichende Verhaltensforschung: Grundlagen der Ethologie*. Wien/New York: Springer, 1978.

_____. *Os fundamentos da etologia*. São Paulo: UNESP, 1995.

PINKER, Steven. *The language instinct*. New York: Harper Collins, 2007.

_____. *How the mind works*. New York: Norton, 1997.

_____. *The blank slate: the modern denial of human nature*. New York: Penguin, 2002.

_____. *The stuff of thought: language as a window into human nature*. New York: Penguin, 2007.

POPPER, Karl. *Conjectures and refutations*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

SALMON, Paul. The term 'Morphology'. In: BOOIJ, Geert; lehmann, Christian; mugdan, Joachin (Ed.). *Morphologie: ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 2000, p. 15-22.

SAUSSURE, Ferdinand [M.] de. *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipzig: Teubner, 1879.

_____. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1969.

SPENCER, Andrew. *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TROUBETZKOY, Nikolai S. *Grundzüge der Phonologie*. Prague: Travaux du Cercle Linguistique de Prague, 1939.